

A ECONOMIA E A VIDA

José Reis

1. A VIDA, A CRIAÇÃO E A DESTRUIÇÃO, O MOVIMENTO...

Nunca refleti sobre o modo como Luís Moita encararia a economia, entendida esta no duplo sentido de organização da vida material e de disciplina que visa estabelecer saberes sobre tal matéria. Há, contudo, duas coisas que me vêm à memória. A primeira é que o conheci mais de perto, há várias décadas, quando veio a Coimbra, à minha Faculdade, dar um curso sobre o Movimento dos Não-Alinhados (MNA). A outra é que me convidou há uma meia dúzia de anos para fazer duas conferências na Cátedra Joseph Schumpeter, que tinha criado na sua Universidade. Pelo meio, ainda podia invocar *Janus*, a revista de relações internacionais e as colaborações que ali reuniu. Creio que não é difícil decifrar alguns aspetos essenciais: as relações entre espaços e comunidades, entre pessoas, entre opções de organização da vida, isto é, deliberações políticas, onde se conta a capacidade de criar novos valores, enfim, a atenção à história e aos acontecimentos como matéria sempre atual.

Há estes episódios, absolutamente singulares, e há o que Luís Moita escreveu, a outros propósitos. E bem se sabe que o seu tema, a sua “especialidade mais ampla”, eram as relações internacionais, as ordens ou desordens políticas aí criadas, um sistema com morfologias diversas, constituídas por espaços económicos e espaços de poder. Centros e periferias, como escreveu num texto de 1995, impérios, cujo conceito discutiu em 2005, arquiteturas políticas, a que se referia, em 2007, para qualificar a Europa. Em todo o caso, um campo amplo onde era preciso discutir o Estado e os Estados, a terra como lugar de vida (“Terra habitável: paz e ecologia”, de 2009), a cidade, essa magnífica criação humana (escreveu em 2017 sobre Lisboa e certamente aludiu à “paradiplomacia” que a transformou nas últimas décadas). Como se gosta de dizer em meios que eu frequento, a economia como realidade substantiva. Lugares de vida, de inter-relações, de formação de comunidades e, portanto, de poderes, de hierarquias, mas também de solidariedades.

Claro, havia muito mais em Luís Moita, homem de palavra em vários sentidos desta asserção. Que o digam os seus alunos, em tantas instituições que ajudou a qualificar. Que o diga quem, como eu, comecei a ouvi-lo falar há já tanto tempo e o escutei com atenção vezes que agora parecem poucas. E há,

por exemplo, o Luís Moita que traduziu um texto de Italo Calvino¹ para, em plena pandemia, o enviar aos amigos e assim, pela pena deste escritor admirado, falar sobre o fogo celebrado pelos “zoroastrianos ou zarathustrianos ou, mais aproximativamente, ‘adoradores do fogo’”, uma das mais antigas religiões. E assim compreender que “não tem sentido lamentar-se que a flecha do tempo corra para o nada, porque para tudo o que existe no universo e que gostaríamos de salvar, o facto de existir significa justamente este arder e nada mais; não há outro modo de existir senão o da chama”. O próprio fogo como a substância do universo.

2. ... E A ECONOMIA: *OIKOS* E PODER

A economia é o ambiente habitado, os meios que compõem o espaço da vida. Numa expressão em que insisto, é a organização da vida material. Pode, pois, dizer-se que é um sistema de produção, isto é, de criação de valor, de provisão de bem-estar e de repartição da riqueza que se gera. Tudo num determinado quadro institucional e político (Reis, 2018). O que é que isto significa? Significa, em primeiro lugar, que não há economia sem contexto, sem as relações que a estruturam, sem proximidade e sem interações que vão para lá das transações de mercado. Sem troca de dons, diz quem sabe mais do que de economia. Sem solidariedades e reciprocidades desinteressadas, não há economias. E significa também que não há economia sem as decisões, as opções, as deliberações que a fundaram – que escolheram um caminho e não outro. Não há, enfim, economia sem um chão, um lastro sobre o qual se ergue a substância viva, permanente, que a alimente, porventura que a ilumine. Um braseiro alimentado por madeira de sândalo temperado, num fogo escondido que, diz Calvino, é o verdadeiro fogo. E que, interpreta Luís Moita, se reflete no firmamento.

Na linguagem sempre pobre dos economistas fala-se da busca da realidade substantiva que a economia é, e fala-se de compreender os contextos, todos eles, desde o da comunidade próxima, ao da organização do mundo, da história ou da geografia. Tempo e espaço. E procura-se o que está para lá de tudo isto, mas que se formou a partir daí e depois serve para lhe dar forma, consolidando o que se vai adquirindo até que outras mudanças intervenham. É comum chamar-lhes *instituições*. Uma designação interessada e interesseira,

¹ Esse texto é, diz ele, de “um pequeno livro de um dos meus autores preferidos, Italo Calvino”, chama-se *Collezione di Sabbia*, e “é uma compilação de textos curtos”. “No final recolhe breves notas de viagens ao Japão, ao México e ao Irão”. É aí que está o que Luís Moita traduziu a 19 de julho de 2020, na Ericeira, enviando-o depois a amigos.

pois quer com isso abrir-se o lugar devido para se compreender de modo não errático o sentido das deliberações de que eu falava há pouco. E assim definir a economia como economia política.

Se perguntássemos onde se situa a economia, a resposta não podia ser “num lugar à parte”. É no meio da sociedade e da política que a economia está. Viabilizada pelo social e pelo político e recorrentemente dependente das articulações que assim se estabelecem. Se a economia é movimento, muitos contramovimentos são necessário para a manter.

3. JUNTAR OS DIAS DA VIDA AO SENTIDO QUE LHES QUEREMOS DAR

Só interessa falar de economia se isso nos ajudar a compreender os nossos dias, o ponto da trajetória onde nos situamos quando pensamos na “flecha do tempo”. E se nos ajudar a formular o sentido que podemos procurar dar-lhe, mesmo quando se acrescenta ao fogo apenas um pedaço de sândalo e o brazeiro tem um guardião “altivo, com ar um pouco autossuficiente”, como o que Calvino viu no templo, uma “vivenda moderna, num modesto jardim, em Yazd, cidade nas margens do deserto no centro do Irão”.

A nós, desprovidos da capacidade de entrar nos sacrários, demasiados profanos para termos de salvar a casa em vez de guardar o fogo que a estiver a destruir², resta-nos o cuidado de conservar a sabedoria que nos emprestam, interpretar a metáfora e o sentido das coisas. Mas sem nunca separar o mundo tal qual ele é do modo como o queremos ver e como gostaríamos que ele fosse.

Frágeis nas nossas poucas sabedorias, vale a pena juntar todas aquelas a que possamos ter acesso. Porque há coisas que vamos sabendo. Sabemos, por exemplo, que o que nos rodeia (chamemos-lhe o que é, capitalismo) não está inscrito na “ordem natural das coisas”, não é uma inevitabilidade nem tem forma invariável nem definitiva. Não emana do nada nem resulta de racionalidades individuais incontrolláveis. É o produto de lentas construções e não há nada que, por si só, isolado do resto, se imponha e baste para definir o conjunto. E, se impusesse, logo veríamos que era demasiado frágil para assim se manter. Estou, pois, a falar do capitalismo ou, mais prosaicamente, da economia, tomada abusivamente como equivalente.

Os que sabiam mais, Karl Polanyi³, por exemplo, já nos tinha mostrado há largas décadas que quando os mercados emergiram, eles não se bastaram a si pró-

²“Se um incêndio estivesse a destruir a tua casa, o que te apressarias a salvar?”. Jean Cocteau respondeu: “O fogo” (excerto do texto de Calvino).

³As citações que faço a seguir são de Polanyi [1944] (2012).

prios, precisaram de muita regulamentação. E surgiram devidamente amparados na sociedade, usando-a segundo modalidades e tempos diversos. Foram, simultaneamente, uma construção social e uma construção institucional. Criou-se “uma instituição específica – que não é outra senão o próprio mercado”. E ele “é uma forma institucional que apareceu somente no nosso tempo e em mais nenhum”.

Depois, com a sociedade do século XIX e com o capitalismo industrial, esqueceu-se o essencial, esqueceu-se que sem chão não há construções. Numa utopia trágica, quis-se desligar a economia e os mercados, por um lado, da sociedade, por outro. A sabedoria estranha dos economistas sacralizou as “leis económicas” e a “racionalidade” que daí decorre, não percebendo que, se houver lugar para o sagrado, não é ali, não é onde surge a imposição, é onde se compatibilizam vontades e interesses e se gera movimento. Não é na estática, é na dinâmica. Quando se “isolou a atividade económica e [se lhe] imputou a uma motivação económica à parte”, isso “foi uma inovação singular”, é certo, mas foi também o desmoronamento ruidoso da “civilização do século XIX”.

A reincrustação tornava-se necessária e foi isso que o *New Deal* rooseveltiano fez e demonstrou que devia ser feito. Abriu-se assim um caminho longo para se perceber que o capitalismo tem uma incontornável “fraqueza congénita” (Polanyi, de novo). Sozinho é incapaz. Carece do que o enquadre, ampare e legitime. É por isso que o pensamento contemporâneo não se esquece de sublinhar que, construído institucionalmente, ele é um “tipo específico de ordem social”, “um conjunto de instituições sociais interrelacionadas” (Streeck, 2011: 137-8), “é um fenómeno historicamente delimitado”, não algo universal, e é “o produto de uma família de culturas específicas, a família ocidental” (Boldizzoni, 2020: 234, 260). Schumpeter (1996 [1943]: 121) já tinha há muito deixado claro que “considerações puramente económicas não são suficientes para compreendermos a realidade”: “há um complemento cultural da economia capitalista – uma superestrutura sociopsicológica”. Pelo menos isso. De forma singela, Fred Block (2018: 2 e 12) limitou-se a dizer que a ideia de que a “economia” é uma instância autónoma, coerente e unificada, regulada pelas suas lógicas internas é “uma ilusão”. Lembrando-se do que foi necessário tecer para estabelecer as formas de capitalismo democrático do pós-guerra nos países desenvolvidos, alguns dos quais continuam a guardar a sabedoria útil falam de “capitalismo contratual” (Aglietta, 2019) ou de “capitalismo democrático” (Streeck, *idem*) para se referirem também às formas de “economia mista” que lhe correspondem, às ordens que foram substituindo desordens e às ferramentas complexas que para isso foram usadas. A autossuficiência do capitalismo é, realmente, uma ideia demasiado vaga e infundada.

4. O QUE SE APRENDE E O QUE SE ESQUECE

O problema não é o que se aprende – é o que se esquece. O problema são os dias de hoje, tão longínquos de ideias elementares que deviam estar sempre presentes. Dias desatentos, portanto. Começamos pelo mais recente, a pandemia, quando, subitamente, o tempo colapsou e deixou de ser linear, como se julgava que era (Reis, 2020). Tornou-se revolto e caiu sobre nós, os que beneficiámos de tanta coisa. Foi de um dia para o outro. Sem previsões atempadas e partilhadas. Sem decisões que evitassem ou sequer minorassem os impactos. Em todo o lado, desafiando velhas assimetrias (ricos e pobres, centros e periferias, emergentes ou consolidados) e antigas distinções (oferta e procura, serviços e indústrias, cidades e campos, economia e cultura, trabalho e lazer). Esse foi o momento absolutamente original em que o capitalismo, feito para as transações e a acumulação, ficou confrontado com a paragem e assistiu à deslocação das prioridades para o lado certo – a salvaguarda da vida. O mundo parou e foi dominado por uma incerteza radical. Foram os tempos do espanto. O impensável aconteceu. Agora, já estamos depois do espanto. E o que aprendemos com isso?

Pensem agora no que já nos domina há já demasiado tempo, desde que os capitalismos (produtivos, industriais, com mercados do trabalho e sistemas de provisão pública minimamente organizados) se viraram para a valorização dos ativos financeiros, cujo peso na economia aumentou muito, com privatização plena e livre circulação e rentabilização. Foi o que se convencionou chamar financeirização. Esta foi a mais radical mudança (negativa) do capitalismo e ocorreu nos anos de 1990. A financeirização gerou na economia e na sociedade um tal deslçamento que nos obriga a falar de desequilíbrios e de geração de insustentabilidades como a que agora vivemos.

Incapazes de manter “a fórmula político-económica de paz entre capital e trabalho que permitiu terminar os conflitos internos depois da devastação da segunda Guerra mundial”, porque isso deixou de convir ao seu autointeresse, os capitalismos passaram a conceber as finanças “como indústria” e deu-se lugar à “hipertrofia da esfera financeira”, à “desregulamentação e à desintermediação” ou mesmo à “engenharia financeira” (Chesnais, 1994). Este processo iniciou-se no fim do século passado e implicou a “destruição das relações que garantiam a estabilidade do crescimento”, abrindo espaço para encadeamentos cumulativos com “efeito depressivo profundo”, quer dizer, para a crise de um “modo de desenvolvimento”. Além de limitar e cooptar o Estado e as políticas públicas, a financeirização passou a invadir o espaço das decisões pessoais e familiares, usando-se o crédito onde antes esteve o trabalho e os seus rendimentos. As bases essenciais dos capitalismos ante-

riores à financeirização, que eram a indústria e a regulação nacional, perderam a sua centralidade, a favor de mercados financeiros liberalizados e internacionalizados. “O movimento da economia global fica inteiramente sujeito ao ciclo financeiro que descreve a dinâmica interativa da alavanca de endividamento e da alternância de apreciação e depreciação dos ativos” [financeiros] (Aglietta, 2019: 38).

Não é assim, estou certo, que lá vamos. Não é no meio do deslocamento, do domínio do mais estreita das formas de comando (a financeira, a especulativa, a que acumula valor pelo valor), da libertinagem financeira, que foi há muito para lá do próprio liberalismo, que reconstituímos uma sociedade ameaçada nos seus fundamentos enquanto comunidade e, portanto, damos à vida, às relações que nos qualificam, o espaço que nos fortalece. É preciso regressar ao essencial.

5. REGRESSAR AO ESSENCIAL PARA PENSAR NO FUTURO?

José Manuel Pureza (2023) realçou devidamente uma questão matricial no pensamento de Luís Moita: é o tecido das nossas relações que nos constitui como pessoas. A ideia de relação, expressão própria da ideia comunidade, era essencial nele. Por isso, precisamos sempre de regressar a este ponto. De nos colocarmos perante a “incrível complexidade da natureza humana”. De ir para além de uma racionalidade estreita baseada no autointeresse, nas simples motivações individuais, quiçá na ganância. Fazemos bem quando olhamos também para o lado, para o lado das coisas realmente substantivas, o lado da vida. Chama-se a isso juntar às preferências individuais as meta-preferências, e ir para lá dos “modos de ação instrumentais”, chegando também aos “modos de ação não instrumentais” (Hirschman: 1982 e 1984), quer dizer ao que engrandece o coletivo, em vez de o exaurir.

Não é apenas a economia que está em causa, já se sabe. É também, por exemplo, a relação simples, e tão contingente, entre capitalismo e democracia. Aquilo que constitui a comunidade de que somos parte. Sabemos hoje que foram muito circunstanciais as condições que justificaram esta “pareceria”, quão otimistas foram as interpretações sobre os processos de redução das desigualdades ou quão formais e limitadas foram os conceitos de democracia trazidos para o debate (Krahé, 2022: 194-195). Compreendemos hoje o pleno significado do que aconteceu quando os processos económicos e políticos deslocaram o poder de deliberação e a configuração do sistema político para esferas totalmente alheias aos espaços público e democrático e,

portanto, à participação popular. Ou mesmo como elas se tornaram alheias ao cabal exercício da autoridade que delegamos nos que elegemos. Daí os Estados estarem tão cercados e limitados por poderes que se tornaram mais fortes do que eles.

Se é sobre isto que se estabeleceram os problemas, tem de ser sobre isto que se alcançam as soluções. Pensemos em Portugal, hoje. Há um problema demográfico, e por isso regredimos em termos populacionais. Há problemas no sistema produtivo (criamos menos valor do que as nossas necessidades justificam e, por isso, há uma forte dependência perante o exterior quando se considera o lado material da economia). Há problemas no sistema de emprego, que não é o mecanismo essencial de inclusão social que devia ser, e por isso se emigra massivamente. Há um problema territorial, que alguns veem como uma questão canónica de relações entre o litoral e o interior, mas que, na verdade, é um problema novo de grave fragilização das cidades médias, isto é, do sistema urbano não-metropolitano, e que leva a uma unipolaridade tão enfraquecedora para a metrópole onde se concentra população na sua periferia como para o país todo. Há, enfim, um problema democrático, resultado de todas as geografias do descuido, que geram as correspondentes “geografias do descontentamento”, isto é, dessa indesejável rutura entre a deliberação política e a *polis*, a “cidade” onde agimos e participamos.

Cada um destes problemas, do mais prosaico, como o produtivo, ao mais essencial, o da democracia, tem uma solução que se define a partir do próprio problema. Mas é necessário que aconteça o que a detona. A expressão política conjunta, a *voz*, como dizia Albert Hirschman, algo que se pode combinar com a *lealdade* ao que está ou com a *saída*, a dissidência. Mas a *voz* é sobretudo útil quando vem antes das outras duas possibilidades. É aí que se reconstitui a democracia e se inicia a capacidade de refazer o que foi desfeito.

Referências

- AGLIETTA, Michel (dir.) (2019). *Capitalisme: Le Temps des Ruptures*. Odile Jacob.
- BLOCK, Fred (2018). *Capitalism: the future of an illusion*. University of California Press.
- CHESNAIS, F. (1994). *La Mondialisation du Capital*. Syros.
- HIRSCHMAN, A. (1982). Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble? *Journal of Economic Literature*, XX, 1463-1484. <https://www.jstor.org/stable/2724829>.
- HIRSCHMAN, A. (1984). Against Parsimony: Three Easy Ways of Complicating some Categories of Economic Discourse. *Economics and Philosophy*, 1, 7-21. <https://doi.org/10.1017/S0266267100001863>.
- KRAHÉ, M. (2022). Changing Accounts of the Relationship between Capitalism and Democracy: From Incompatibility to Partnership, and Back? *History of Political Thought*, XLIII(1), 161-198. <https://www.ingentaconnect.com/contentone/imp/hpt/2022/00000043/00000001/art00006#>.
- POLANYI, K. [1944] (2012). *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo*. Edições 70.
- PUREZA, J. M. (2023). “O Legado de Luís Moita: Relação, Responsabilidade e Paz”, *JL-Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 8 a 21 de fevereiro.
- REIS, J. (2018). *A Economia Portuguesa: Formas de Economia Política numa Periferia Persistente (1960-2017)*. Almedina.
- REIS, J. (2020). *Cuidar de Portugal: Hipóteses de Economia Política em tempos convulsos*. Almedina.
- SCHUMPETER, J. (1996). *Ensaio: Empresários, Inovação, Ciclos de Negócios e Evolução do Capitalismo*. Celta.
- STREECK, W. (2011b). Taking Capitalism Seriously: Towards an Institutional Approach to Contemporary Political Economy. *Socio-Economic Review*, 9(1), 137-177. <https://doi.org/10.1093/ser/mwq032>.